

Ministérios

Ministério da Justiça

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 16 DE ABRIL DE 1993

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CODPH), no uso de suas atribuições legais e ad referendum do Colegiado,

Tendo em vista expressa solicitação da Comissão instituída pela Resolução Nº 01, de 11 de março de 1993, para elaborar relatório preliminar com vistas à instauração de inquérito no âmbito do CODPH, relativo aos conflitos entre trabalhadores rurais e a Polícia Militar do Estado do Paraná, resolve:

Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a apresentação do citado relatório.

MAURÍCIO CORRÊA

(Of. nº 114/93)

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA Nº 3.634, DA 6ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de março de mil novecentos e noventa e três, no Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, Brasília, Distrito Federal, o Senhor Presidente após constatar a existência de Quorum regulamentar iniciou os trabalhos da presente Reunião, com as presenças dos Senhores Conselheiros: ALFREDO PERES DA SILVA, MARCELO PERRUPATO E SILVA, OSNI TOSTI BRUNO, JOSÉ MARCIO RESENDE, JOSÉ HENRIQUE COELHO SADOX DE SÁ, JOSÉ BONIFÁCIO DINIZ DE ANDRADA E SILVA E KLINGER SOBRINHO DE ALMEIDA. ASSUNTO GERAL: A secretária da Reunião prosseguiu à leitura da Ata nº 3.633, que após reparos foi aprovada por unanimidade. O Conselho tomou conhecimento do Processo 08.654-1705/DPF-PE, cujo interessado é Franciscana Agropecuária. O Conselho à unanimidade, tendo em vista a inexistência de Órgão recursal Colegiado, na hipótese concreta dos autos, preliminarmente se dá por competente para conhecer do recurso, fulcrado na letra b do inciso III do artigo 216 do RCNT, e distribuiu o processo ao Senhor Conselheiro ALFREDO PERES DA SILVA para relatá-lo. ORDEM DO DIA: PROCESSO: 4449-0/93; INTERESSADO: Tatiana Gomes da França; ASSUNTO: Recursos; RELATOR: Senhor Conselheiro MARCELO PERRUPATO; O Relator apresentou o Parecer 036/93 - CONTRAN. O Conselho acata a unanimidade do Parecer do Relator, reconhece a legalidade da pena aplicada, conhece do recurso e no mérito dá-lhe provimento parcial reduzindo a pena de suspensão do direito de dirigir para 03 (três) meses, recomendando contudo a recorrente estrito cumprimento da legislação de trânsito. Aprovado. Votação unânime. PROCESSO: 01.343-9/93; INTERESSADO: Arnaldo Benzi Morgao; ASSUNTO: Recursos; RELATOR: Senhor Conselheiro ALFREDO PERES DA SILVA; O Relator apresentou o Parecer CONTRAN nº 37/93. O Conselho à unanimidade aprova o voto do Relator, reconhece a legalidade da pena, aplicada, conhece do recurso e no mérito lhe dá provimento parcial no sentido de reduzir o prazo da suspensão do direito de dirigir do recorrente de 09 (nove) para 03 (três) meses. PROCESSO: nº 008/91; INTERESSADO: CETRAN/SP; ASSUNTO: Solicita manifestação sobre transcrição dos arts. 13 e 111 do CMT; RELATOR: Senhor Conselheiro MARCELO PERRUPATO E SILVA; O Relator apresentou o Parecer CONTRAN nº 38/93. O Conselho aprova o voto do Relator à unanimidade, decidindo que a proibição de estacionar na faixa de rolamento da esquerda, junto ao meio fio do canteiro central independe da sinalização proibitiva, por aplicação do disposto no artigo 13, inciso VI do CMT e à sua infração aplica-se a penalidade do art. 111 no CMT PROCESSO: 023/92; INTERESSADO: ASSUNTO: Interpretação do Parágrafo 2º do art. 189 do RCNT; RELATOR: Senhor Conselheiro ALFREDO PERES DA SILVA; O Relator apresentou o Parecer nº 39/93 - CONTRAN. O Conselho aprova o Parecer do Senhor Relator e decide que a permanência de veículo estacionado em local proibido após sua atuação não caracteriza a reincidência mas, sim implica a remoção do veículo, conforme determina a legislação de trânsito ou seja, o art. 181 inciso XXIX; letra f, segunda parte, ("e remoção") do RCNT. Votação unânime. Esgotada a pauta da presente Reunião o Senhor Presidente a encerra determinando a lavratura da Ata que, após aprovação, será assinada por Sua Senhoria e por Mim Secretária.

ONESTES KUNZE BASTOS
Presidente-CONTRANMARILENE SANTOS DA SILVA
Sec. Ad. Hoc.

(Of. nº 86/93)

SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 16 de abril de 1993

Nº 227/93 - Ref.: Consulta nº 01/90. Interessados: ECOLAB LTDA e HENKEL S/A IND. QUÍMICAS. ADVOGADOS: Não Constat. Decisão: Aprova a consulta

por ocurso de prazo, nos termos do artigo 13, da Lei nº 8.158/91, adotando os fundamentos da nota de fls. 117/121 e do despacho de fls. 122. Determino o traslado da peça de fl. 14, encaminhando-se ao D.P.D.E para as providências cabíveis.

ANTONIO GOMES FILHO

(Of. nº 151/93)

SECRETARIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA Departamento de Estrangeiros

DESPACHOS DO DIRETOR

Nos termos da manifestação favorável da Divisão de permanência de Estrangeiros, e do parecer do Ministério do Trabalho, DEFIRO o pedido de mudança de empregador, passando da empresa Plavinil S.A. para a empresa SOLVAY do BRASIL S.A.

PROCESSO Nº 8000-15.386/92-49 - JEAN MICHEL MARIE EMANUEL DETOURNAY

Usando das atribuições que me confere a Portaria nº 02/93, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 1993, Seção II, e diante da manifestação da Divisão de Permanência de Estrangeiros, que aprova, autorizo a emissão de passaporte brasileiro para a nacional iraniana SHAHINE PEZECHKZAD, nos termos do art. 55, I, a, da Lei nº 6.815/80. (Processo nº R000-03.695/93-57)

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARRES

(Of. nº 48/93)

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DO CHEFE

À vista dos novos elementos constantes dos autos torno insubsistente o Despacho Indeferitório publicado no D.O.U. de 29/06/92 para conceder a prorrogação do registro provisório, até 06/04/93

PROCESSO Nº 8505-21.658/91-41 - CLAUDIO ESTEFANIO FRIEDEMANN

Permanências definitivas deferidas com base na condição de inexistência prevista no Art. 75, II, da Lei nº 6.815/80, condição esta apurada em sindicância realizada pelo Departamento de Polícia Federal.

PROCESSO Nº 8505-08.958/91-81 - NELLY ADRIANA VILLANUEVA ALEGRE
PROCESSO Nº 8505-13.356/91-27 - YOZO TOMITA e JUNKO TOMITA
PROCESSO Nº 8505-38.279/92-07 - SHMUEL AHARON HAVLIN, ZEHAVA HAVLIN, RIVA HAVLIN, YAFRA HAVLIN, JONIT HAVLIN, MOSI HAVLIN e SARA HAVLIN

Permanências definitivas deferidas por reunião familiar, nos termos da Resolução nº 22/91 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91

PROCESSO Nº 8255-12.253/92-65 - MIRIAN BERNADETTE KIRSTEIN

Prorrogações de registro provisório deferidos

PROCESSO Nº 8360-000555/91-94 - FRANKLIN ETTIRE KONINGVERDRAAG, até 14/04/93
PROCESSO Nº 8389-00.597/91-16 - CHANG LOU ZUM MEEI, até 14/04/93
PROCESSO Nº 8436-00.374/91-91 - NAHER MUHAMMAD ALI NABBAR, até 13/04/93
PROCESSO Nº 8460-05.576/91-10 - ANNE MARIE KOWALCZYK, até 02/05/93
PROCESSO Nº 8505-10.354/91-84 - YUN XION YONG, até 21/04/93
PROCESSO Nº 8505-13.681/91-16 - YAN QEI MAN, até 06/04/93
PROCESSO Nº 8505-14.781/91-07 - WANG TEIN, até 21/04/93
PROCESSO Nº 8505-14.579/91-57 - YI PING HAR, até 20/04/93
PROCESSO Nº 8460-01.858/92-22 - DOROTHY PATTON BLACKELL, até 30/08/94
PROCESSO Nº 8505-36.351/92-53 - TAN FUNG LIAN, até 09/10/94
PROCESSO Nº 8505-43.236/92-35 - HEUNG SEOK PARK, SUNG IN PARK e SUNG JIN PARK, até 16/12/93

Prorrogação de prazo de estada no País deferida

PROCESSO Nº 8503-01.534/92-41 - MIRTHA RIVAS FUCHTNER, até 17/08/93

Prorrogação de prazo de estada no País deferida

À vista dos novos elementos constantes dos autos torno insubsistente o Despacho Indeferitório publicado no D.O.U. de 5/10/92 para conceder a prorrogação do registro provisório, até 11/04/93

PROCESSO Nº 8441-01.192/91-32 - LUIS CARLOS CORRALES MACIEL